



Centro Judiciário de Conciliação da SJGO promove palestra sobre métodos alternativos na solução de conflitos

Em continuidade ao projeto de Aprimoramento da Conciliação no âmbito da Justiça Federal, o Centro Judiciário de Conciliação da Seção Judiciária de Goiás (Cejud/GO) promoveu, na última semana, dia 15 de março, uma palestra com o advogado Renan Santos Martins, presidente da Comissão de Mediação, Conciliação e Arbitragem da Ordem dos Advogados do Brasil em Goiás (OAB/GO).

O evento contou com a presença de conciliadores formados e em formação, que assistiram à palestra sobre métodos alternativos de solução de conflitos, e conheceram as estatísticas do judiciário federal e estadual. Na oportunidade, o palestrante ressaltou ainda que a conciliação é uma forma mais célere e eficaz de resolução de disputas.

Além do conhecimento compartilhado com os conciliadores, o encontro representou um passo para aumentar o diálogo entre as instituições da OAB-GO e da Justiça Federal.

SJAP cumpre metas de sustentabilidade 2016

A Seção Judiciária do Amapá (SJAP) finalizou o ano de 2016 com resultados positivos nas ações desenvolvidas para a racionalização de gastos e o consumo consciente de materiais e serviços, conforme previsto na Resolução CNJ 201/2015 e no Plano de Logística Sustentável da Seccional (PLS-SJAP).

Segundo o Relatório de Desempenho de Metas do PLS-SJAP (2016), a SJAP foi além das metas estipuladas para alguns temas e conseguiu reduzir em 44,5% o consumo de papel; 58,6% o consumo de copos descartáveis; 63,5% o consumo de toner; 8,3% o consumo de energia elétrica e 8,2% o consumo de combustível. Houve, ainda, aumento significativo na participação de servidores em ações de qualidade de vida no ambiente de trabalho (27,4%) e em ações de capacitação e sensibilização para a sustentabilidade (65,7%).

Outras iniciativas também foram destacadas pelo relatório, entre elas a implantação do gerenciamento de resíduos sólidos gerados no edifício-sede da SJAP.

Confira a íntegra da matéria no portal do Tribunal, em "Notícias".

Diretores-gerais dos TRFs discutem a distribuição dos limites de gastos na Justiça Federal



Diretores-gerais dos cinco Tribunais Regionais Federais (TRFs), acompanhados dos seus diretores das áreas de orçamento e de informática, estiveram reunidos com o secretário-geral do Conselho da Justiça Federal (CJF), juiz federal Cleber José Rocha, e diretores das respectivas áreas no CJF, nesta terça-feira, dia 21, para tratar sobre a distribuição dos limites de gastos na Justiça Federal, de acordo com o estabelecido na PEC 95/2016, que instituiu o Novo Regime Fiscal e definiu os limites da Justiça Federal. Ao Conselho da Justiça Federal coube distribuir tais limites de gastos para cada regional. No encontro, a área técnica do CJF apresentou os estudos realizados para nortear essa distribuição.

JF1 – A Justiça Federal da 1ª Região manifestou-se veementemente contrária às diretrizes utilizadas para a proposta de distribuição dos limites, que será encaminhada ao plenário do CJF para deliberação, por não terem sido considerados os critérios da PEC dos gastos entre os Tribunais Regionais Federais. Para definição do limite da 1ª Região foi desprezada a recomposição de parte do corte ocorrido no Congresso Nacional quando houve a votação da lei orçamentária de 2016. O estudo também não considerou a totalidade dos restos a pagar já quitados no ano de 2016, criando uma distorção na projeção das despesas da 1ª Região que, naquele ano, teve parte dos gastos antecipados com restos a pagar por não haver disponibilidade em seu orçamento corrente. A aprovação pelo plenário do CJF nos termos em que será encaminhado provocará severas restrições orçamentárias na 1ª Região nos próximos anos.

Quanto à Tecnologia de informação (TI), foi apresentada uma planilha de nivelamento de Infraestrutura de TI, onde foram demonstradas as necessidades dos regionais. Mais uma vez, como já vinha ocorrendo em anos anteriores, houve um adiamento, por parte dos demais Regionais, para aprovação dos critérios de distribuição. Decidiu-se pela atualização da planilha, que servirá de parâmetro para a distribuição proporcional dos valores reservados para atender o nivelamento de TI, conforme Resolução CJF 355/2015.

